



**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

**ATA DE REUNIÃO**

|                         |                          |   |
|-------------------------|--------------------------|---|
| <b>Data:</b> 19/03/2025 | <b>Horário:</b><br>13h30 | <b>Local:</b> <b>Videoconferência</b><br><b>(Aplicativo ZOOM)</b> |
|-------------------------|--------------------------|---|

**Participantes:**

Dra. Vaneska da Silva Baruki

Dra. Jussara Cristina Oliveira Louza

Leir Gomes da Silva

Irismar Dantas de Souza

Waldivino Liberato Vieira Neto

Wenderson Francisco dos Santos

**Desenvolvimento da reunião:**

Às treze horas e trinta minutos do dia 19 de março de 2025, foi realizada reunião previamente agendada, por meio de videoconferência (aplicativo ZOOM), a pedido da Juíza Vaneska da Silva Baruki, que estava acompanhada por sua assistente, Morgana Gabrielly Tavares Martins.

Iniciada a reunião, a Dra. Vaneska, na condição de coordenadora, cumprimentou a todos e deu abertura aos trabalhos.

De início, a Dra. Vaneska apresentou algumas informações importantes sobre a visita institucional ao Corregedor-Geral do TJGO. Durante a visita à



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

Corregedoria-Geral da Justiça, o Corregedor-Geral da Justiça informou que considerando a permanência do Estado de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal - RRF não há espaço para aumento de despesas. Por outro lado, todas as conquistas remuneratórias da gestão passada serão mantidas.

Quanto às pendências da reunião anterior, a Dra. Vaneska informou que o membro Irismar encaminhou o número do PROAD referente à gratificação para magistrados lotados em comarcas de difícil provimento. Sayuri também apresentou o número do PROAD iniciado pelo Sindjustiça, que trata da criação do cargo de Secretário de Diretoria do Foro para comarcas de entrância inicial. No entanto, o membro Fernando não apresentou o número do procedimento relacionado à transformação dos cargos de Porteiro e Depositário em cargos de Oficial de Justiça.

Ainda com a palavra, a Dra. Vaneska comentou sobre a publicação feita no grupo de WhatsApp por Fabrício, presidente do Sindicato dos Servidores, a respeito do convite a alguns diretores de área, especialmente o Diretor-Geral, para participarem das reuniões do Comitê. O objetivo é discutir fontes de receita, duodécimo e demais assuntos de interesse do Comitê. Além disso, foi lembrada a criação do questionário via Google Forms pelo membro Leir. Após essa explanação, a palavra foi franqueada à dra. Jussara.

Com a palavra, a Dra. Jussara informou que a lei orçamentária já estava finalizada quando ocorreu a alteração da Resolução que regulamenta o Comitê Orçamentário. Acrescentou que a versão ajustada estará pronta para a



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

próxima reunião. No tocante às metas, relatou que foi realizada uma oficina com os diretores de área, porém, ainda não há uma proposta formal elaborada, sendo necessário tratar o assunto diretamente com o Presidente.

Na sequência, a Dra. Valeska manifestou que, diante dessas novas pendências, não há outros temas a serem deliberados no momento, pois devem ser resolvidos previamente pela Administração. Foi aberta a oportunidade para sugestões de novos assuntos, e a palavra foi franqueada ao Sr. Irismar Dantas.

O Sr. Irismar pontuou que, no âmbito da Diretoria Financeira, iniciou-se a elaboração do REFIS com base na Lei nº 23.162/2024. Informou que há R\$ 124 milhões em créditos protestados pendentes de acordo e que está em fase de elaboração uma proposta para concessão de descontos, prevendo redução de até 100% dos juros e multas para pagamentos à vista ou em até 24 parcelas, com desconto de 40%. O objetivo é aumentar a arrecadação do Tribunal de Justiça.

Com a palavra, Dra. Vaneska manifestou sobre a aplicação de multas sobre os jurados e mencionou a existência de um PROAD protocolado para viabilizar essa questão, pois atualmente, não há um procedimento definido para a efetivação dessas multas. Ressaltou ainda, que devido à ausência de resposta, os procedimentos relacionados aos jurados de 2023 e 2024 estão atrasados e aguardam manifestação da Contadoria.



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

O membro Irismar retomou a palavra para esclarecer que tais multas não chegam diretamente à Diretoria Financeira. Explicou que o magistrado aplica a multa, mas, caso a parte não efetue o pagamento, o procedimento adequado seria encaminhá-la diretamente à Diretoria Financeira.

O Sr. Neto mencionou ainda uma falha no sistema PROJUDI, que não permite a expedição de guias para os jurados, uma vez que eles não são formalmente parte do processo, o que impede a averbação para fins de protesto. Prestou ainda, informações sobre o andamento do PROAD e os trâmites necessários para a criação de uma ferramenta no PROJUDI que permita a vinculação da guia de custas ao jurado multado.

Na sequência, o Sr. Irismar Dantas e a Dra. Jussara levantaram dúvidas sobre a expedição da guia para os jurados, questionando se a multa deve ser tratada como administrativa ou judicial. Destacaram a necessidade de manifestação jurídica sobre o tema, além de consulta aos setores competentes para uma decisão cautelosa.

Após as discussões, a Dra. Valeska sugeriu que, na próxima reunião, seja incluída a apresentação de sugestões de pauta, além do convite ao Diretor-Geral. Também ficou acordado o aguardo da criação do formulário disponibilizado no Google Forms por Leir.

Eu, Waldivino Liberato Vieira Neto, lavrei a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada.

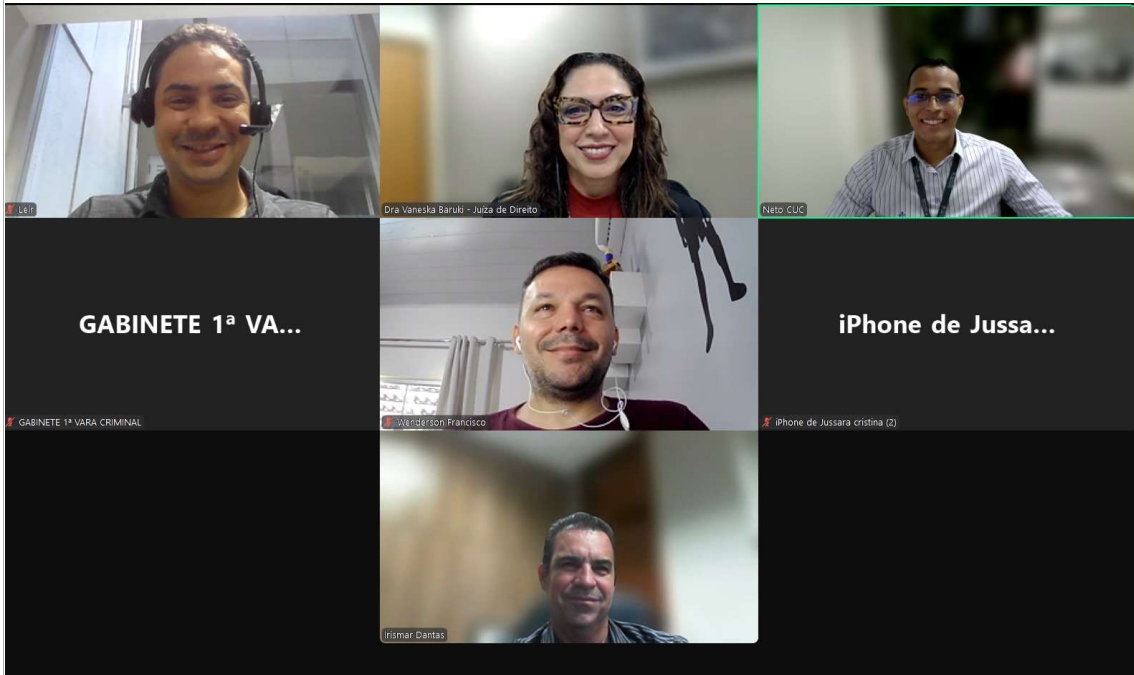
Registro:



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

### Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano



# ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 103870937948 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

**Nº Processo PROAD: 202205000339371 (Evento nº 35)**

**IRISMAR DANTAS DE SOUZA**

DIRETOR FINANCEIRO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 25/03/2025 às 16:24

**WALDIVINO LIBERATO VIEIRA NETO**

COORDENADOR ADJUNTO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 25/03/2025 às 14:40

**WENDERSON FRANCISCO DOS SANTOS**

SECRETÁRIO(A) DA DIRETORIA DO FORO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/03/2025 às 14:45

**JUSSARA CRISTINA OLIVEIRA LOUZA**

JUIZ DE DIREITO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 25/03/2025 às 14:44

**VANESKA DA SILVA BARUKI**

MAGISTRADO

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 26/03/2025 às 12:51

**LEIR GOMES DA SILVA**

ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS E DE PRIORIZAÇÃO AO 1º GRAU

Assinatura CONFIRMADA em 25/03/2025 às 14:40

